

CORREIO FLUMINENSE

Divulgação/Gov.RJ



O principal produto exportado pelo estado foi o petróleo

Balança comercial fechou 2024 com superávit de US\$ 16,9 bilhões

A balança comercial fluminense fechou 2024 com superávit de US\$ 16,9 bilhões. No ano, a corrente comercial fluminense (soma das importações e exportações) atingiu US\$ 72,3 bilhões, sendo US\$ 44,6 bilhões em exportações e US\$ 27,7 bilhões em importações. Os dados são do Comex Stat, sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro,

do Ministério da Economia. "O principal produto exportado pelo estado foi o petróleo, que respondeu por 79% das exportações e movimentou US\$ 35,3 bilhões no ano passado. Outro setor importante foi o siderúrgico, que exportou US\$ 2,1 bilhões em 2024", detalhou a secretária interina de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, Fernanda Curdi.

Lei de Incentivo à Cultura

Pelo quarto ano seguido, o Rio de Janeiro bateu o recorde de investimento realizado por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura (LIC). Cerca de R\$ 230 milhões foram injetados no setor em 2024 e ajudaram a garantir a realização de 138 projetos, em 58 cidades, passando por todas as regi-

ões fluminenses. O valor supera o aporte feito em 2023, de R\$ 53 milhões. O programa é gerido pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa e funciona por meio da concessão de benefício fiscal para empresas contribuintes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).



Reprodução

Lei 10.456 é de autoria do deputado Rosenverg Reis

Estado pode estimular implantação de painéis solares

O Governo do Estado poderá ter que estimular a implantação de painéis solares para produção de energia fotovoltaica nas áreas de vulnerabilidade social. É o que prevê a Lei 10.654/25, de autoria do deputado Rosenverg Reis (MDB), que foi aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sancionada pelo

governador Cláudio Castro e publicada no Diário Oficial do Executivo desta terça-feira (07). A medida complementa a Lei 7.122/15, que instituiu a Política de Incentivo ao Uso da Energia Solar. "A energia solar apresenta menor impacto ambiental, não gerando resíduos poluentes e nem gases causadores do efeito estufa.

Estacionamentos irregulares no MUVI

As Secretarias de Ordem Pública e de Meio Ambiente e Transportes da Prefeitura de S. Gonçalo realizaram, nesta terça-feira (07), mais uma operação de fiscalização no corredor viário do MUVI – Mobilidade Urbana Verde Integrada. O objetivo foi coibir a invasão de motoristas e motociclistas que

utilizam a ciclovia para cortar caminho e estacionam indevidamente na área destinada exclusivamente para ciclistas. Foram encontrados veículos estacionados em áreas proibidas, como locais de embarque e desembarque escolar, e carros parados em lugares não autorizados.

Recadastramento do comércio em R. Bonito

A prefeitura de Rio Bonito iniciou nessa terça-feira (6) o recadastramento obrigatório do comércio ambulante, fixo ou móvel, que atuam no município, a fim de coibir o uso desordenado do espaço público. De acordo com o Decreto 003/2025, publicado no sábado (4), todo o comércio

ambulante em área pública, como o Mercado Municipal ou quiosques, devem fazer o recadastramento até o dia 20 de janeiro presencialmente na Secretaria de Fazenda e Finanças, Setor de Atendimento, situado na Rua Monsenhor Antônio de Souza Genz, nº 23 (Centro).



Reprodução

Banca em destaque é uma das afetadas pela decisão de revogação da prefeitura

Niterói prejudica trabalhadores de bancas de jornais

Prefeitura decidiu revogar autorizações de localização de oito bancas no município

Por Carlos Martins

A foto do então candidato ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, Rodrigo Neves (PDT) cumprimentando um jornalista na campanha eleitoral de 2022, é uma demonstração inimaginável do que poderia vir anos depois, mais precisamente agora, em 2025, com o retorno de Neves ao cargo de prefeito de Niterói. O gesto "amigo" e cordial com a categoria durante uma das campanhas disputadas por Rodrigo Neves, se contradiz com a decisão publicada no Diário Oficial do município, no último sábado (04), em revogar autorizações de localização de oito bancas de jornais, situadas na calçada da Praça Arariboia, na Avenida Visconde do Rio Branco (entre o prédio dos Correios e o shopping Bay Market), e uma outra banca localizada perto da Concha Acústica.

Niterói é reconhecida como a "cidade sorriso". No entanto, sorriso é o que menos os valorosos jornalistas estão expressando neste momento, mediante a atitude descabida por parte da administração municipal.

Em uma entrevista concedida ao jornal A TRIBUNA, o presidente da Associação dos Proprietários de Bancas de Jornais de Niterói (APROBAN), Antonio Carlos Panaro Giglio, expressou surpresa com a decisão da prefeitura.

"Em 2024, nos fomos chamados para uma conversa na



Reprodução/Redes Sociais

Neves cumprimenta jornalista durante ato de campanha

Secretaria de Urbanismo e a reunião já começou com o secretário da época falando que não ia tirar nenhuma banca, que só queria adequar o calçamento das bancas", se referindo às bancas entre o Plaza e o Bay Market", declarou o presidente.

Segundo Antonio Carlos, a prefeitura fez uma série de solicitações, entre elas, a junção das bancas de duas em duas, integrando uma repaginação completa no local. Ainda de acordo com o presidente da associação, o acordo com o município era transformar em cinco "blocos", com uma bancada colada na

outra, levando em consideração o total de 10 bancas no local. Segundo Antonio Carlos, todas as demandas da prefeitura se encontravam no estágio de serem cumpridas, já com a substituição de duas bancas e outras em processo de adequação e fase de produção.

A APROBAN decidiu entrar com um recurso na Secretaria Municipal de Urbanismo, buscando apresentar a defesa administrativa dos proprietários das bancas de jornais, solicitando a revogação da portaria 001/2025, que suspende as autorizações, e também a abertura de diálogo com o órgão.

São Gonçalo: Parque RJ com acessibilidade

O Parque RJ São Gonçalo, projeto que está em desenvolvimento no espaço onde ficava o antigo Piscinão, irá contar com estacionamentos com mais de 150 vagas para carros. Além disso, visando a acessibilidade, haverá vagas exclusivas para pessoas com deficiência (PcDs). Um elevador também será instalado no prédio administrativo e rampas de acesso serão construídas em diversos pontos, também para garantir o acesso de pessoas com deficiência no local.

O Parque RJ será um espaço de lazer e recreação com mais de 35 mil metros quadrados. A obra está sendo executada pela Secretaria de Estado das Cidades, do Governo do Estado. O projeto possui um investimento de mais de R\$ 44 milhões e foi elaborado pela Secretaria de Gestão In-

tegrada e Projetos Especiais (Sempipe) da Prefeitura de São Gonçalo.

O local será transformado em uma grande área de lazer com skate park, ciclovia, cascatas, quadra poliesportiva, quadra de areia, campo de futebol, área de convivência para piquenique, pista de atletismo, área de eventos para shows e atividades culturais para até 15 mil pessoas, parque infantil, academia de jovens e idosos, espaço de memórias (para interação no local), prédio administrativo e banheiro.

Além disso, foi construído um sistema de irrigação que contará, através de uma parceria com a concessionária Águas do Rio, com águas de reuso, garantindo áreas verdes no Parque RJ, assegurando economia e sustentabilidade.

Quaquá discute parcerias para Maricá

O prefeito de Maricá, Washington Quaquá, realizou nesta terça-feira (07) uma reunião com o empresário português António Quaresma, dono da fábrica e loja "O Mundo Fantástico da Sardinha Portuguesa", que tem, inclusive, um ponto de venda na Time Square, em Nova Iorque. O encontro ocorreu na sede da Companhia de Desenvolvimento de Maricá (Codemar) e teve como objetivo discutir as operações da empresa no Brasil a partir da cidade e a criação de uma fábrica de enlatados de sardinha no município.

A proposta trará grandes benefícios para a economia, contribuindo para a geração de empregos diretos e indiretos, além de movimentar setores como pesca, logística e comércio. Participaram da agenda o vice-prefeito João Maurício

Decisão unilateral

Na defesa apresentada pela APROBAN, consta a Teoria do Fato Consumado e na Boa-Fé Administrativa, assegurando que cada um dos proprietários realizaram investimentos nos estabelecimentos, mediante acordo firmado com a Secretaria de Urbanismo. Seguindo esta premissa, a revogação unilateral fere gravemente essa confiança estabelecida.

Ainda segundo o presidente da APROBAN, a prefeitura não teria apresentado nenhuma alternativa para os proprietários das bancas de jornal, sendo uma decisão arbitrária e unilateral por parte da municipalidade. No entanto, ainda na entrevista, Antonio Carlos afirmou que a APROBAN não pensa em judicializar a questão, e avalia que tudo não teria passado de um mal-entendido.

Todas as bancas citadas na portaria do Diário Oficial foram intimadas pela Secretaria Municipal de Ordem Pública, nesta terça-feira (7), a encerrar suas atividades e a se removerem do local. A publicação do Diário Oficial também esclarece que todos os envolvidos poderão entrar com recurso para combater a revogação do município.

Patrimônio Cultural

Entre os argumentos e justificativas utilizadas pela APROBAN na tentativa de suspender a portaria, é a Lei Municipal nº 3965/2024, que reconhece os jornalistas e também as bancas de jornais como Patrimônio Cultural de natureza imaterial da cidade, enfraquecendo ações que porventura comprometam sua existência em território municipal. Além disso, a defesa ainda pontua que a portaria ataca expressamente a liberdade de imprensa, considerando que as bancas de jornais são instrumentos fundamentais para a disseminação de informações, garantindo que a população tenha acesso aos veículos impressos (jornais e revistas).

De acordo com a secretaria municipal de Urbanismo, a decisão pela revogação das autorizações das bancas, foi tomada levando em consideração a melhoria da mobilidade e acessibilidade do local. Ainda segundo a municipalidade, a iniciativa busca a desobstrução da área e uma requalificação urbana e paisagística da região.

"O processo está sendo conduzido respeitando os princípios da transparência e ampla defesa, assegurando aos permissionários o direito de se manifestarem", afirmou a Prefeitura de Niterói em nota à imprensa.

(Joãozinho), o presidente da Codemar, Hamilton Lacerda, o secretário de Pesca, Xandi de Bambuí, e o presidente da Companhia Maricá Alimentos S.A. (Biotec), Marlos Costa, e o ator António Grassi.

"Tivemos a honra de receber em Maricá o meu grande amigo António Quaresma, um dos empresários mais criativos de Portugal. Ele também é responsável por empreendimentos como o Museu da Cerveja de Lisboa e as famosas lojas de pastéis de bacalhau com queijo da Serra da Estrela. Com certeza, será um grande privilégio trazer para Maricá a visão inovadora desse grande empresário!", comentou Quaquá.

O grupo também visitou o Museu Casa Darcy Ribeiro, na Praia de Cordeirinho, o Centro de Inovação de Maricá, e a Fazenda Joaquim Piñero.